

Mantendo a tradição de discriminar São Paulo

8861 AON 17 JORNAL DA TARDE

A decisão muito típica de seu estilo de governar dando um passo à frente e dois para trás, o presidente Sarney resolveu recuar na questão da dívida externa dos Estados cedendo às pressões de governadores, prefeitos e membros do Congresso. Em vez de exigir o pagamento de 25% das dívidas vencidas ou a vencer em 1989, o presidente optou por uma solução altamente discriminatória e prejudicial a alguns dos devedores, sobretudo para aqueles que, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, devem mais de um bilhão de dólares. Esses três Estados, a prevalecer o desejo do governo, continuarão obrigados ao pagamento de 25% de seus débitos, mas os demais serão beneficiados por um esquema que permite a rolagem de 100% da dívida, quando o seu montante for inferior a 300 milhões de dólares; 90%, para os Estados que deverem entre 300 e 500 milhões de dólares; e 80%, no caso daqueles que devem entre 500 milhões e um bilhão de dólares.

A proposta governamental beneficia os Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e torna inteiramente procedentes as queixas dos governadores Orestes Quéricia, Moreira Franco e Pedro Simon, tratados a ferro e fogo pelo presidente da República. Quem conhece a nossa posição em relação ao governo Quéricia talvez estranhe essa afirmação. No entanto, assim como sempre apoiamos o esforço dos ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu para zerar o déficit operacional do setor público, não podemos deixar de alertar para o fato de que essa proposta do presidente Sarney não só é totalmente incoerente com as intenções manifestadas pelo governo ao assinar o pacto com empresários e trabalhadores, como também revela a intenção de tratar São Paulo de modo iníquo.

Assim, pela primeira vez desde que assumiu o governo, acreditamos que o sr. Quéricia tem toda razão. Ao insurgir-se contra essa nova tentativa de penalizar uma população vitimada pelas mesmas carências das populações dos Estados mais pobres, agravadas pelos enormes contingentes de migrantes de outras regiões que para cá vieram em busca de melhores condições, está cumprindo o seu dever. Por que São Paulo, que já é discriminado politicamente desde os tempos do ditador Vargas, passando pelo general Geisel com seu famigerado "pacote de abril", deve agora suportar uma parte maior do ônus do combate ao déficit público, enquanto o presidente Sarney se recusa a cortar os incentivos fiscais das regiões Norte e Nordeste, embora não hesite em aumentar de forma brutal os impostos pagos pelas empresas industriais paulistas?

Não há dúvida de que esta "solução" para a rolagem da dívida externa já estava nos planos do governo há muito tempo, pois pelo que se sabe os "estrategistas" políticos do Planalto guardavam no bolso do colete esta idéia para vencer as resistências ao orçamento da União enviado ao Congresso. Afinal, maltratar São Paulo tem sido um dos comportamentos tradicionais das velhas e novas repúblicas e sempre com dividendos políticos para os ocupantes do poder.

Até mesmo o ministro Mailson da Nóbrega, que junto com o ministro João Batista de Abreu forma um pequeno nicho de racionalidade num governo marcado pelas decisões insensatas — ou pela falta de decisões —, deixou escapar uma frase que revela as segundas intenções do Palácio do Planalto nesta questão da rolagem da dívida dos Estados. O ministro, tentando negar o descontentamento do empresariado provocado por essa "flexibilização" de critérios, afirmou que "os empresários estão preocupados com o déficit público como um todo. Eles receiam que uma mudança radical na questão do endividamento possa prejudicar o ajuste fiscal, o que não quer dizer, necessariamente, que estejam contra uma negociação que chegue a um **limite tolerável, possível e suportável** para os Estados. O importante é o ajuste final do programa" (o grifo é nosso).

Ora, está bem claro por essas palavras do sr. Mailson da Nóbrega que o próprio governo considera o pagamento de 25%, como está no orçamento, **intolerável, impossível e insuportável** para os Estados... Ou seja, tudo não passou de mais uma encenação dos teatrólogos planaltinos para mostrar que o governo federal estava disposto a cumprir a sua parte no pacto social.

Caso tivessem de pagar os 25% previstos, os Estados precisariam desembolsar 2,3 bilhões de dólares, dos quais 580 milhões de dólares representam a dívida a vencer em 1989 e 1,7 bilhão de dólares a dívida já vencida e assumida pelo Tesouro desde 1983. A magnitude desses números mostra a difícil situação do Estado de São Paulo, que deve quase 50% dessas obrigações. Além disso o governador de São Paulo parece estar dizendo a verdade quando afirma que parte, pelo menos, desses dólares o governo federal não terá de pagar aos nossos credores.

Segundo o ministro da Fazenda, o governo poderá abrir mão do superávit de 0,07% do PIB previsto no orçamento para atenuar as dificuldades dos Estados — nem todos, é óbvio. Para ele, o importante é o sinal que o governo está dando ao anunciar sua pretensão de zerar o déficit em 1989 (???). As interrogações se justificam, pois não é possível acreditar numa administração que afrouxou o cinto quando chegou a hora de cortar incentivos regionais e cedeu às pressões da maioria dos governos estaduais nessa questão da rolagem da dívida externa. Só não houve exceções na hora de aumentar os impostos que serão pagos em 1989 por todos os brasileiros que trabalham e produzem a riqueza deste país. É daí e apenas daí que virão os recursos para cortar o déficit. Que ninguém se iluda com a promessa de superávit nas estatais e de equilíbrio das contas na Previdência apesar da nova "contribuição" das empresas privadas da ordem de 8% a 12% dos seus lucros brutos.

24 NOV 1988